

Ana Rodrigues Oliveira

**RAINHAS MEDIEVAIS  
DE PORTUGAL**

Dezassete mulheres, duas dinastias,  
quatro séculos de História

a esfera  dos livros

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS . . . . .	9
NOTA PRÉVIA . . . . .	11
INTRODUÇÃO . . . . .	15
1. TERESA DE LEÃO E CASTELA (1078/91? – 1130)	
A que deu por casamento o Condado Portucalense . . . . .	21
2. MAFALDA DE SABÓIA (1125?-1157/58)	
A rainha que veio de longe . . . . .	65
3. DULCE DE ARAGÃO (1160-1198)	
A rainha doce e fecunda . . . . .	81
4. URRACA AFONSO DE CASTELA (1187-1220)	
A rainha cheia de virtudes . . . . .	97
5. MÉCIA LOPEZ DE HARO (c. 1215-1271)	
A rainha raptada . . . . .	113
6. BEATRIZ DE GUSMÃO (1244-1300)	
A rainha que deu por casamento a terra dos Algarves . . . . .	131
7. ISABEL DE ARAGÃO (1270-1336)	
A rainha santa . . . . .	151
8. BEATRIZ DE CASTELA (1293-1359)	
A rainha propiciadora da boa paz e concórdia . . . . .	213
9. CONSTANÇA MANUEL (c. 1318-1349?)	
A esposa desprezada . . . . .	241
10. INÊS DE CASTRO (c. 1325-1355)	
A que foi rainha depois de morta . . . . .	257

11. LEONOR TELES (c. 1350-c. 1405)	
A rainha de má memória . . . . .	305
12. D. BEATRIZ (1371-1420/31?)	
Rainha de facto, depois de <i>jure</i> , depois esquecida . . . . .	365
13. FILIPA DE LENCASTRE (1360-1415)	
A rainha portadora dos bons costumes . . . . .	391
14. LEONOR DE ARAGÃO (?-1445)	
A rainha triste . . . . .	433
15. ISABEL DE LENCASTRE (1432-1455)	
A sereníssima e ilustríssima princesa . . . . .	481
16. JOANA DE CASTELA (1462-1530)	
<i>A Excelente Senhora</i> ou <i>A Beltraneja</i> . . . . .	501
17. LEONOR DE LENCASTRE (1458-1525)	
A Princesa Perfeitíssima . . . . .	521
CONCLUSÃO . . . . .	555
CRONOLOGIA . . . . .	563
MAPAS . . . . .	599
NOTAS . . . . .	605
BIBLIOGRAFIA . . . . .	651

## NOTA PRÉVIA

Antes de entrar propriamente nos esboços biográficos das rainhas medievais de Portugal, consideramos ser importante uma breve introdução ao que foi o Condado Portucalense. De facto, a importância histórica conferida à nossa primeira biografada resulta, não só de ter sido graças ao seu casamento que se formou o Condado Portucalense, mas também de ter sido o seu filho Afonso Henriques que o tornou no reino independente de Portugal.

Para se compreender as origens e a estruturação deste condado há que remontar à organização administrativa das Astúrias e aos movimentos contra o islamismo. Começemos pelo princípio. Dentro do primitivo reino das Astúrias, ou de Leão, como passou a ser designado depois do século x, as grandes unidades administrativas eram, para além das Astúrias/Leão, Galiza e Castela. Continuando a antiga tradição romana e visigoda, estas unidades, chamadas *terrae* ou *provinciae*, eram governadas por um conde (*comes*), também chamado duque (*dux*). Havia, no entanto, muitos outros condes que administravam parcelas mais pequenas, chamadas, igualmente, *terrae* ou *territoria*. *Dux* e *provincia* aplicavam-se, sempre, ao governador da maior unidade e à maior unidade.

Ao longo dos tempos, a Galiza, fruto de discórdias ou de testamentos, por várias vezes se tornou «independente». Esta separação não tinha, contudo, um grande significado, não implicando quaisquer objectivos permanentes de autonomia nem resultando de esforços

independentistas. Em finais do século IX, o território para sul do Lima e para norte do Douro foi separado da Galiza e entregue a outro *dux*. Esta nova unidade política tinha por sede a cidade de Portucale. A *terra* ou *província* de Portucale estava também dividida em pequenos condados.

A sul do Douro, os territórios conquistados formavam outra província, chamada Coimbra.

Sobre estes reinos ibéricos sempre esteve latente o desejo de uma monarquia hispânica unida. Com base neste ideal, os reis de Leão, teoricamente herdeiros dos monarcas visigodos, adoptaram o título de *imperador*. Foram os casos de Fernando I (1037-1065), do seu filho Afonso VI (1072-1109) e do seu neto Afonso VII (1126-1157).

Quando Fernando morreu, repartiu os seus reinos pelos seus três filhos, havidos de Sancha de Leão: Sancho, o primogénito, herdou o poderoso reino de Castela; Afonso, segundo filho, herdou o reino de Leão; Garcia, o mais jovem, herdou o reino da Galiza. Afonso VI teve de lutar contra os desejos expansionistas do seu irmão Sancho, pois logo que a rainha-mãe morreu, em 1067, este disputou o testamento do pai e tentou apoderar-se dos territórios herdados pelos seus irmãos. Garcia foi o primeiro a ceder (1071), devido ao acordo dos dois irmãos mais velhos em repartir o seu reino. Mas pouco depois estes enfrentaram-se e Afonso foi feito prisioneiro de Sancho, que assumiu também a Coroa leonesa. Depois de encarcerado em Burgos, fugiu para se refugiar no reino *taifa* de Toledo de Al-Mamun. Sancho acabou por ser assassinado por um nobre de Zamora, sem deixar herdeiro, o que permitiu a Afonso recuperar Castela e assumir a Coroa de Leão e a Garcia recuperar a Galiza. Após a morte deste, em 1090, Afonso VI apoderou-se assim de toda a herança do pai. Intitulou-se a si próprio «imperador de toda a Hispânia» visto não só ter reunido sob a sua autoridade os três reinos, reconstituindo, assim, a unidade do seu pai Fernando I, mas também porque conseguiu alcançar enorme supremacia sobre as *taifas* (os reinos islâmicos independentes do sul), obrigando-as a pagar-lhe pesados tributos em ouro e tornando-se um dos mais ricos e poderosos monarcas da Cristandade de então.

Como «imperadores» podiam e deviam ter reis como vassalos. Esta relação contribuiu para o nascimento de Portugal como um reino autónomo.<sup>1</sup>

Recordemos agora um pouco do que foi a política de combate ao islamismo e a sua expansão desde a Palestina e o Próximo Oriente, em geral, até ao sul da Itália, Sicília e Península Ibérica levada a cabo através de sucessivos apelos do papado, principalmente a partir do século XI quando o avanço dos turcos na Ásia Menor, na segunda metade deste século, semeou a insegurança nas rotas de peregrinos à Terra Santa. Algumas ordens religiosas, como a de Cluny, e vários senhores feudais da Europa ocidental predispuseram-se a este combate. Neste lado europeu, o surto demográfico favorecera a proliferação de filhos segundos, normalmente destituídos de terra, de património e de glória. França, onde o feudalismo se desenvolvera muito, era disso um exemplo. O inimigo muçulmano, mas também a concessão de feudos (terras) e de cargos que era vulgar fazer-se a quem viesse prestar o seu valioso contributo na luta contra o infiel, atraíram à Península Ibérica muitos filhos secundogénitos franceses na procura de proveito e glória. A pesada derrota infligida a Afonso VI de Castela e Leão, em 1085, pelos almorávidas<sup>2</sup> na batalha de Zalaca e o consequente pedido de ajuda aos príncipes franceses, trouxe a este reino, entre muitos outros nobres cavaleiros, primeiro Raimundo, o quarto filho do conde de Borgonha, em 1087 e, cerca de três anos mais tarde, o seu parente afastado Henrique, também ele quarto filho-família.

O correr dos anos e as vitórias nas batalhas recompensou-os com aquilo que ambicionavam: a doação de um feudo. Os casamentos com as filhas do rei Afonso VI reforçaram não só a posição destes nobres franceses na Península Ibérica, como também o seu parentesco, tornando-se, assim, cunhados. Como era norma na época, e continuaria a ser ainda por vários séculos nos meios nobres, o casamento resultava de um contrato entre famílias, raramente estabelecido por motivos afectivos ou sentimentais.

## INTRODUÇÃO

*Não é preciso ser historiador profissional para perceber que não se pode traçar a biografia de uma personagem medieval sem uma grande dose de imaginação. Os dados documentais são quase sempre escassos e fragmentários.*

Assim começa José Mattoso a sua biografia sobre D. Afonso Henriques.

Não poderia estar mais de acordo!

Sendo a biografia, na sua definição etimológica, a história da vida de uma só pessoa e que fazê-la «implica a crença na capacidade de se chegar à individualidade e à personalidade da personagem»,<sup>1</sup> a escassez de dados e os «silêncios» da História são, frequentemente, obstáculos intransponíveis.

O objectivo de dar a conhecer, embora de uma forma sucinta e genérica, as rainhas das quais se tecem estes esboços biográficos, as suas alegrias e tristezas, o seu sentir e agir como rainha, mas também como mulher, esposa e mãe é um objectivo ao qual dificilmente se pode dar resposta. A documentação coeva é esparsa e lacónica. Não existem retratos, representações iconográficas ou descrições da época que forneçam imagens físicas destas rainhas. Desconhecemos a estatura, a cor dos cabelos, dos olhos, a forma da face, tudo, afinal! Os «rostos» que apresentamos ao longo desta obra são meras figurações convencionais que não se baseiam em nenhuma descrição concreta. São parte da construção da sua memória, uma vez que ilustram como, em determinada época, a rainha era imaginada. Tal como as imagens, também as fontes narrativas que a elas se referem, fazendo breves descrições físicas ou psicológicas, são, de uma maneira geral, tardias. A própria vida destas

mulheres (quando não dos reis, seus maridos), inicia-se, nos relatos, no momento em que começaram a reinar, praticamente nada se referindo sobre as suas datas e locais de nascimento, a forma como decorreu a sua infância e adolescência, a educação que tiveram ou a sua vivência antes de contrair os matrimónios que as tornaram rainhas de Portugal. Mesmo dos filhos que deram à luz, à excepção, por vezes, do futuro monarca, não se refere o local e a data de nascimento. Os registos históricos centram-se nos feitos considerados dignos de registo e de memória e não em factos de «menor» importância. Se, para os soberanos, para além das crónicas, existem muitas outras fontes como leis e diplomas de vária ordem, registos da chancelaria régia, documentos das cortes, legislação avulsa compilada em várias publicações, acordos, tratados e bulas que, mesmo assim, dão mais a conhecer sobre o rei do que sobre a pessoa que detém esse cargo, das suas rainhas, pouco consta nesta variada documentação. Paira um enorme silêncio sobre a vida destas mulheres, não só a «pública» mas também, e principalmente, a «pessoal». Mesmo tratando-se de rainhas que detiveram um papel de algum relevo no reino, ou que ganharam o privilégio de serem bem-vistas e enaltecidas, há sempre aspectos da sua personalidade dos quais não ficaram testemunhos ou que foram, consciente ou inconscientemente, esquecidos. Zonas de absoluta escuridão passam, pois, na sua vida e actuação. Nada se sabe, dos seus sentimentos, angústias, ambições, desejos...

No entanto, os silêncios e as omissões da História são, por vezes, tão ou mais importantes do que aquilo que é contado. O laconismo das fontes não significa que estas mulheres tenham permanecido apagadas e sem qualquer voz ou acção no fluir dos acontecimentos da época. Significa, unicamente, a valorização do elemento masculino, das suas qualidades políticas e guerreiras de acordo com a subalternização do papel da mulher, confinada, mesmo que rainha, a um espaço mais íntimo e privado. Estes silêncios devem por isso mesmo ser interpretados, muitas vezes através de informações indirectas, de deduções ou de estudos mais especializados. É, pois, muito difícil elaborar uma biografia histórica das rainhas dos primeiros tempos da monarquia portuguesa sem tentar, por vezes, reconstituir



hipoteticamente as suas vidas, preencher e unir factos e acontecimentos e tentar perceber por que razão deixaram marcas (positivas ou negativas) no imaginário colectivo dos portugueses transmitidas através das várias gerações.

Para este trabalho, recorreu-se a um vasto e diversificado conjunto de memórias históricas (diplomáticas, pontifícias, linhagísticas...) bem como a estudos e opiniões de vários historiadores, uns mais antigos, outros contemporâneos, por vezes coincidentes, por vezes contraditórios. E isto levou-nos, inevitavelmente, às crónicas e aos cronistas que escreveram muitos anos depois da ocorrência dos acontecimentos narrados e tendo por base escritos e materiais de outros autores. Como qualquer historiador, os cronistas interpretaram criticamente esses documentos e construíram o seu relato.

Frequentemente mais preocupados com a imagem que pretendiam transmitir, deturpam, omitem ou alteram factos ou situações em função de um comportamento que se pretendia censurar, denegrir, «apagar» ou, pelo contrário, exaltar. E quando a narrativa se referia à mulher, mesmo que rainha, a imagem que se pretendia transmitir era mais importante do que relatar o que efectivamente acontecera. A distorção das fontes narrativas agrava-se quando se trata de personalidades mais marcantes ou cujo comportamento se afastou dos cânones definidos pela sociedade da época, práticas rebeldes às representações masculinas da História. Não pode esquecer-se serem as crónicas encomendadas pelos poderes públicos, construindo-se, por isso, à sua medida e satisfação. Claros instrumentos de formação e domínio da memória colectiva, tiveram a função de legitimar pela tradição os interesses e os poderes dos grupos dirigentes, narrando o passado para ordenar e modelar o presente daqueles ao serviço dos quais se colocavam os cronistas.

Também aqui a infância e a juventude das nossas rainhas são esquecidas pelos cronistas cujos relatos se centram exclusivamente nos acontecimentos mais marcantes. É provável que eles próprios se debatessem já com falta de elementos para compor as suas narrativas, mas é verdade também que estas fases iniciais da vida eram consideradas pouco importantes, dificilmente entendidas como significativas ou relevantes num percurso biográfico.